

“Raça” e “miscigenação” no Brasil: os desafios e os dilemas de nossas relações raciais

Rômulo Almeida¹

Resumo: Este artigo tem por objetivo discutir certos limites e consequências sociológicas que giram em torno dos conceitos de “raça” e “miscigenação” para o estudo das relações raciais no Brasil. O arco de estudo escolhido começa com a problematização do conceito de “raça” e de suas implicações sociais e políticas. Em segundo lugar, procura-se apresentar a importante contribuição de Gilberto Freyre (1900-1987) como principal intérprete da “miscigenação” brasileira, concepção que logo se reverberou na ideia da “democracia racial”. Em terceiro lugar, a discussão se concentra na desconstrução da “democracia racial” e na necessidade de pensar os desafios enfrentados no combate ao racismo.

Palavras-chave: “raça”; “miscigenação”; “democracia racial”; relações raciais.

"Race" and "miscegenation" in Brazil: the challenges and dilemmas of our race relations

Abstract: This article aims to discuss certain limits and sociological consequences that revolve around the concepts of "race" and "miscegenation" for the study of race relations in Brazil. The chosen field of study begins with the problematization of the concept of "race" and its social and political implications. Secondly, we try to present the important contribution of Gilberto Freyre (1900-1987) as the main interpreter of Brazilian "miscegenation", a concept that soon reverberated in the idea of "racial democracy". Thirdly, the discussion focuses on the deconstruction of "racial democracy" and the need to think about the challenges faced in combating racism.

Keywords: "race"; "miscegenation"; "racial democracy"; race relations.

1. Introdução

Com o presente artigo, tem-se como objetivo central discutir, sinteticamente,

¹ Graduado em Ciências Sociais (Bacharelado) pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco (PPGS). Atualmente desenvolve pesquisas nas áreas de Pensamento Social Brasileiro e Sociologia da Literatura, com ênfase específica no estudo do Modernismo.

E-mail para contato: romulosalmeida@outlook.com

certas implicações sociais e políticas expressas nos conceitos de “raça” e “miscigenação” para a compreensão das nossas relações raciais. Na verdade, muitos estudos que se dedicam a essa temática adotam como elementos de análise mudanças históricas e sociais, ao observarem que o conhecimento estabelecido no interior dos seus pressupostos está suscetível a novas descobertas e avanços. O conceito de “raça”, que será estudado no decorrer dessa reflexão, teve forte aceitabilidade no meio científico durante o século XIX e início do século XX, formado no corolário de uma literatura mais especializada, desenvolvida na Europa. Nos referimos aqui ao sentido “racialista” do termo “raça”, ou seja, a concepção de que, do ponto de vista biológico e morfológico, existem subgrupos da espécie humana que poderiam ser analisadas através de categorias raciais. Contudo, veremos que em estudos posteriores a fragilidade biológica da ideia de “raças”, também foi tomada, no plano social e cultural, como um discurso de negação do racismo. Por isso, para muitas pessoas vítimas de práticas racistas ainda é necessário reafirmar suas identidades em termos raciais, evitando o esvaziamento do seu conteúdo simbólico e político.

A importação das teorias raciais para o Brasil foi abraçada por importantes precursores das nossas Ciências Sociais². Influentes intelectuais, interessados na caracterização do povo brasileiro, buscaram transpor os debates que circulavam em solo europeu e tentaram aplicá-los no Brasil, já na época um centro receptor da cultura europeia. Contudo, a adoção de tais concepções também era resultado da condição colonizada e dependente do Brasil, seja em seus aspectos econômicos e políticos ou naqueles referentes ao pensamento social, político e filosófico, bastante subjugados pelos centros de poder europeu.

O que poderíamos perguntar, no entanto, é: Que consequências este fenômeno teve no exame das relações raciais no Brasil? De que forma o ideário positivista e evolucionista foi utilizado no Brasil, não apenas como uma forma de “aplicar” um novo saber, mas, principalmente, na naturalização de nossas próprias desigualdades? Tal debate passa, no século XX, pelas análises de autores cujas interpretações foram fundamentais na reformulação desses antigos postulados. A partir da década de 1930, por exemplo, os

2 Entre os principais estudiosos deste período, destacam-se: Nina Rodrigues (1862-1906), Euclides da Cunha (1866-1909) e Silvio Romero (1851-1914). Para maiores informações recomenda-se consultar: SCHWARCZ, Lília Moritz. 1993. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870 – 1930*. São Paulo: Companhia das Letras. (Uma história de diferenças e desigualdades). Ver também: SEYFERTH, Giralda. 2002. O beneplácito da desigualdade: breve digressão sobre o racismo. In: *Racismo no Brasil*. São Paulo: Petrópolis, Abong.

estudos realizados por Gilberto Freyre ganharam espaço no entendimento da constituição racial e cultural do país. No entanto, as interpretações sociológicas e antropológicas deste autor, em muito caracterizadas pela ideia da “mestiçagem harmoniosa” e, como resultado, pela crença na existência de uma suposta “democracia racial”, passaram a ser desconstruídas por outros estudiosos, empenhados em explicar mais profundamente as contradições estruturais das nossas relações raciais. Reacendiam-se, com isso, a necessidade de pensar a permanência do racismo e das práticas de discriminação racial no Brasil.

2. Os primeiros estudos: A “raça” como fator explicativo do atraso nacional

Historicamente, foi a partir do século XIX que o conceito de “raça” passou a ser sistematicamente utilizado no meio científico, protocolado pelo naturalista francês Georges Cuvier (1769-1832), através de estudos de anatomia comparada que endossavam e justificavam a tese da superioridade europeia (SCHWARCZ, 1993). Neste período, afirma Guimarães (1999, p.147), não havia dúvidas de que as “raças” eram subdivisões da espécie humana, distinguidas por meio de particularidades morfológicas, morais, psicológicas e intelectuais, apregoadas pela doutrina do “racialismo”. Esta doutrina defendia a existência de características hereditárias que permitiriam dividir a espécie humana em um conjunto de “raças”, ao mesmo tempo em que justificava as diferenças de tratamento e de estatuto social a cada uma delas. Anos antes, em 1735, Carl Von Linné (1707-1778), o pai da taxonomia moderna, realizou a primeira grande classificação taxonômica dos seres humanos. Apesar dessa classificação não ter referências diretas de superioridade ou inferioridade, o europeu era visto como: “belo; sanguíneo; musculoso; coberto com vestuário; governado por leis” (SEYFERTH, 2002, p.22) e os africanos: “pretos; flegmáticos; relaxados; unta-se com gorduras; é governado por caprichos” (SEYFERTH, 2002, p.22).

Na literatura mais especializada esse discurso passou a ser adotado no início do século XIX, inaugurando-se também a concepção de heranças físicas e permanentes entre os seres humanos. Teremos, segundo Lilian Moritz Schwarcz (1993), o início da naturalização das diferenças. Este fenômeno representou um fato inédito nos estudos do “racismo científico”, pois antes os grupos humanos eram vistos como “povos”, “nações” e jamais como “raças” diferentes em sua origem e conformação. Politicamente, era nítida a tentativa de controlar alguns postulados do Iluminismo, como a igualdade e a cidadania, ideias que supostamente deveriam ser “universais”. Podemos afirmar que essa manobra

constituía um ensejo velado, já que no século XIX vivia-se o neocolonismo, sendo necessária uma justificativa “científica” de que existiam “raças” superiores e inferiores. Tal noção contribuiu para engrossar as fileiras dos defensores do imperialismo europeu sobre as nações conquistadas.

No caso do Brasil, é importante entendermos que o espraio mais amplo dos estudos raciais estiveram intimamente ligados ao domínio metropolitano, trazido com a vinda da família real em 1808. É nesse período que se tem o início do aparecimento de uma história institucional legal, pois data dessa época a instalação dos primeiros estabelecimentos de caráter cultural, como é o caso da Imprensa Régia, da Biblioteca, do Real Horto e do Museu Real. Foram essas instituições que transformavam “a colônia não apenas na sede provisória da monarquia, como em um centro produtor e reprodutor de sua cultura e memória” (SCHWARCZ, 1993, p.24). Construía-se também, juntamente com esse processo de modernização de nossas instituições de ensino, uma “classe ilustrada nacional” que dependia, de forma paradoxal, das instituições de ensino criadas com o fim de garantir o melhor controle português. Depois de D. João VI, o imperador D. Pedro I e, posteriormente, D. Pedro II, se encarregaram de expandir e apoiar a fundação de novas instituições, especialmente as escolas de direito e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado em 1838, cujos principais membros faziam parte de uma forte oligarquia, associada ao regime monárquico (SCHWARCZ, 1993).

De acordo com Schwarcz (1993), em 1870 “um bando de ideias novas” surgiram no Brasil e se estenderam no decorrer dessa década. Elas começaram a ser defendidas por intelectuais vinculados de maneira mais ou menos direta às elites econômicas. Os “homens de sciencia”, como eram conhecidos, formavam um grupo bastante homogêneo em termos de formação e estudo, cujas ideias buscavam viabilizar um quadro explicativo do atraso e dos desafios nacionais. Esse período coincidiu com a “emergência de uma nova elite profissional que já incorporara os princípios liberais à sua retórica e passava a adotar um discurso científico evolucionista como modelo de análise social” (SCHWARCZ, 1993, p.28). Nesse sentido, as ideias evolucionistas que passaram a ser adotadas no Brasil no final do século XIX não cumpriam apenas a tarefa de legitimar nossas desigualdades sociais, mas, sobretudo, de gerar e desenvolver um modelo teórico de naturalização de tais desigualdades, baseado nos princípios do determinismo e das diferenças congênicas entre as “raças”.

O discurso racista adotado culpava negros, africanos, índios, trabalhadores e ex-escravos, pelo atraso do Brasil em relação aos países da Europa. Eram consideradas

“classes perigosas”, diferentes e inferiores às “raças civilizadas”. Com isso, no Brasil o que realmente se propagou foram os modelos evolucionistas e social-darwinistas, popularizados enquanto justificativas para as práticas imperialistas de dominação. A entrada desse ideário cientificista se fez sentir principalmente a partir da adoção de grandes programas de higienização e saneamento, que pretendiam, sob um argumento de cunho eugênico, eliminar a doença, separar a loucura e a pobreza (SCHWARCZ, 1993). Como resultado, esse pensamento racial europeu “introduzido de forma crítica e seletiva, transforma-se em um instrumento conservador e mesmo autoritário na definição de uma identidade nacional e no respaldo a hierarquias sociais já bastante cristalizadas” (SCHWARCZ, 1993, p.42).

Vale salientar novamente que entre os estudiosos mais influentes desse período se encontravam: Nina Rodrigues, Euclides da Cunha e Sílvio Romero. Mesmo guardando diferenças na forma de perceber os fenômenos sociais, eles compartilhavam da concepção de que as “raças” passaram por um longo percurso evolutivo, desde as mais simples (povos primitivos) até as mais complexas (sociedades ocidentais). Tal ideia defendida pelo evolucionismo de que a humanidade deveria passar por estágios evolutivos visando atingir o progresso, possibilitou, do ponto de vista político por parte da elite europeia, “uma tomada de consciência de seu poderio que se consolida com a expansão mundial do capitalismo” (ORTIZ, 2006, p.14). Dessa maneira, o evolucionismo acabou legitimando ideologicamente a posição hegemônica do mundo ocidental, haja vista que a “superioridade” da civilização europeia tornava-se decorrente das leis naturais que orientariam a história dos povos. Aceitar as teorias evolucionistas implicava em reconhecer que o Brasil estaria em um estágio “inferior” quando comparado à civilização alcançada na Europa. Era preciso explicar nosso “atraso” e cogitar a possibilidade de no futuro o Brasil ser considerado uma nação. O pensamento evolucionista adotado por esses estudiosos para entender nossas especificidades e subdesenvolvimento limitava-se aos rígidos conceitos de “meio” e “raça”, ideias fundamentais na elaboração de suas análises.

Neste período também foram criados os estatutos de pureza de sangue, que faziam uma série de restrições de acesso aos empregos ou à posse de terras para os que não provassem ter “sangue puro” (SCHWARCZ, 1993). As teorias que desqualificavam os negros e os mestiços foram amplamente difundidas, inclusive com a vinda ao Brasil do conde francês, Arthur de Gobineau (1816-1882), um dos pensadores que condenava a

“mestiçagem” como degeneradora³. Para este autor, a mistura racial corrompia e degenerava a “raça superior” (europeus), que poderia ser extinta pela “raça inferior” (africanos, asiáticos e americanos) simplesmente pelo contato sexual. Apesar desta crença ser a dominante entre os estudos do “racismo científico”, existia outra vertente muito conhecida, cuja argumentação também baseava-se em proposições puramente deterministas e restritas ao viés biologizante. Acreditava-se que os traços físicos da “raça superior” predominariam sobre os da “raça inferior”, garantindo a preservação e a continuidade da primeira sobre a segunda. Foi pensando nisso que após a abolição da escravidão o Estado brasileiro passou a estimular cada vez mais o “branqueamento” da população, oferecendo empregos e terras para imigrantes europeus. Estes deveriam não apenas substituir a mão de obra escrava pela mão de obra assalariada, mas “branquear” e “civilizar” o país, restringindo-se ao máximo a ascensão de outros grupos, especialmente negros e índios.

Maria Isaura Pereira de Queiroz (1989) aponta que a nossa *intelligentsia* nutria uma visão negativa acerca dos diferentes grupos étnicos que compunham o Brasil. De acordo com a autora, a maior parte dos nossos intelectuais:

Acusavam a persistência de costumes bárbaros, aborígenes e africanos, de serem obstáculos impedindo o Brasil de chegar ao esplendor da civilização europeia. Consideravam-nos assim como uma barreira retardando o encaminhamento do país para a formação de uma verdadeira identidade nacional, que naturalmente embaraçava também um desenvolvimento econômico mais eficiente (QUEIROZ, 1989, p.18).

O mestiço passava a ser visto como resultado do cruzamento de “raças desiguais”, levando consigo os defeitos e as taras transmitidos pela herança biológica. Isso implica dizer que a “mestiçagem” era encarada como uma realidade inferiorizada, sendo o Estado Nacional, nesse sentido, ainda uma meta e não uma realidade (ORTIZ, 2006). Por isso mesmo o pensamento social brasileiro do final do século XIX e início do século XX também foi visto como um espaço de imitação, cópia e consumo cultural de ideias estrangeiras⁴. É importante ressaltar, no entanto, que no momento em que os estudos e as

3 Outro autor cujas ideias tiveram um impacto significativo nos circuitos intelectuais brasileiros foi o italiano Cesare Lombroso (1835-1909), conhecido principalmente por seus estudos de Antropologia Criminal. Na sua visão, era possível identificar as causas da delinquência e do crime através do reconhecimento de traços físicos comuns, incluindo, por exemplo, o formato do crânio, nariz, lábios e demais características que “denotariam” a existência de grupos propensos ao crime e ao desvio.

4 A argumentação de que os primeiros intérpretes do Brasil copiaram e imitaram as teorias europeias perdurou entre nossos críticos nas décadas de 1980 e 1990. No início de 2000 até o presente consolidou-se a percepção de que os pioneiros das ciências sociais no Brasil absorveram estas teorias pela circularidade de ideias e pela apropriação cultural.

teorias sobre a “raça” no Brasil estavam em ascensão, elas passaram, em contrapartida, a serem questionadas na Europa. Tal fato decorreu, principalmente, da divulgação das ideias desenvolvidas nos Estados Unidos por Franz Boas (1858-1942), que substituiu o conceito de “raça” pelo de “cultura” na explicação das diferenças humanas e de sua diversidade.

O próximo passo das nossas análises será investigar certos aspectos do pensamento social de Gilberto Freyre, buscando observar sua importância como intérprete do Brasil e alguns limites e possibilidades de suas explicações.

3. As razões para o otimismo: Gilberto Freyre e a “mestiçagem” brasileira

Adotando os métodos do cientificismo europeu, o pensamento social brasileiro do século XIX reduzia, em grande medida, as noções de “raça” e “identidade” a fatores de cunho biológico e climático. Os pensadores herdeiros dessa tradição tiveram que lidar constantemente com a ideia de que o progresso de uma nação teria, de uma forma ou de outra, que seguir o padrão europeu de “raça pura e civilizada”. Porém, com o passar dos anos as teorias do racismo começaram a ser refutadas e tornaram-se obsoletas, sendo necessário superá-las, pois a realidade social e política impunha outra interpretação do Brasil (ORTIZ, 2006). Foi nessa época que surgiu no cenário intelectual brasileiro obras fundamentais para a estruturação das nossas Ciências Sociais. Livros como “Casa-Grande & Senzala” (1933), de Gilberto Freyre, “Evolução política do Brasil” (1933), de Caio Prado Júnior e “Raízes do Brasil” (1936), de Sérgio Buarque de Holanda, começavam a lançar novos rumos aos estudos históricos sobre o país, em um contexto em que a Universidade se tornava uma instituição com importância cada vez maior.

Segundo Marisa Veloso e Angélica Madeira (1999), entre as décadas de 1920 até 1940, vivencia-se um período “extremamente rico para o país, na medida em que caracteriza grande efervescência na cultura brasileira, momento em que ocorrem importantes e significativas transformações na estrutura social e no plano de idéias” (VELOSO; MADEIRA, 1999, p.136). Houve o surgimento de novas narrativas, cujos objetos de investigação diziam respeito à construção da nação e da identidade nacional, seja no plano político, econômico ou artístico. A maior inquietação da nossa *intelligentsia* se configurava na busca de alguma explicação sobre “o que é o Brasil” e “quais são os elementos sociais que o caracterizam”, tornando-se este um tema vital nos debates intelectuais, tratado de formas diversas e estreitamente ligado à construção da nação e de uma cultura comum que lhe desse respaldo (OLIVEN, 2011). O quadro de referências

culturais que se impunha era permeado pela “ideologia do nacionalismo modernista”⁵, que levava muitos intelectuais a adotarem um “sentimento de missão” e de interesse na organização da cultura brasileira (SEVCENKO, 2003; VELOSO; MADEIRA, 1999).

O pensamento que mais se destacou nesse período foi o do sociólogo pernambucano Gilberto Freyre. Seus estudos representaram um avanço importante em relação às antigas teorias raciais, as quais, durante certo tempo, também foi um defensor. De acordo com Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke (2005), inicialmente Gilberto Freyre adotou as ideias do “racismo científico”, muitas delas fruto do seu contato com a tradição britânica de Sociologia, Antropologia e História, que vigorou no final do século XIX e início do século XX⁶. Neste período, argumenta a autora, “era norma ver o mundo em termos raciais e acreditar na existência de uma hierarquia natural das raças, mesmo entre os que não apelavam para a ciência da raça, quer por desinteresse, quer por não a levar a sério” (PALLARES-BURKE, 2005, p.296). Todavia, através do seu amigo, Rüdiger Bilden (1893-1980), especialista em estudos de escravidão, Gilberto Freyre teria tomado conhecimento da obra do antropólogo brasileiro Edgar Roquette-Pinto (1884-1954), estudioso que andava na contramão das teorias raciais e que teria influenciado a redefinição do pensamento do jovem sociólogo. Gilberto Freyre, contudo, citou timidamente estes autores no prefácio à primeira edição do livro “Casa-Grande e Senzala”, alegando, por outro lado, ser discípulo do antropólogo teuto-americano, Franz Boas. Este autor, afirma Gilberto Freyre, o teria ensinado a considerar fundamental a diferença entre “raça” e “cultura”; a discernir entre os efeitos de relações genéticas e os de influências sociais, de herança cultural e de meio⁷ (FREYRE, 2006).

Tentando basear-se nos pressupostos do relativismo cultural de Franz Boas, que

5 O termo “nacionalismo modernista” se refere ao conjunto de ideias sociais e políticas que permearam a cultura brasileira nas primeiras décadas do século XX, cujo ápice oficial foi a Semana de Arte Moderna de 1922. Tal movimento se debruçou na tentativa de (re)definir o papel das artes e da literatura, ao oferecer outros quadros para se pensar a construção da nação, ideal que já vinha se desenvolvendo em nossa dinâmica social desde o Romantismo no século XIX.

6 Pode-se elencar como importantes representantes desta tradição os seguintes autores: Herbert Spencer, Lafcadio Hearn, Alfred Zimmern, Franklin H. Giddings, Carlyle, Walter Pater, Georg Gissing, Williams B. Yeats e Francis Simkins. Para mais informações, consultar: PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. 2005. *Gilberto Freyre: um vitoriano dos trópicos*. São Paulo: Editora da Unesp.

7 Gilberto Freyre também se destacou pelo viés ensaístico da sua obra. Conforme argumenta Antonio Candido, Gilberto Freyre se utilizava de uma linguagem “mais literária que científica na sua estrutura, embora não no léxico, e que é nele um instrumento de interpretação pela riqueza das imagens, a sugestão dos longos períodos em que dá vida e graça ao esqueleto da erudição e da análise” (CANDIDO, 2006, p.284). Para maiores esclarecimentos, conferir: CANDIDO, Antonio. 2006. A sociologia no Brasil. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, v. 18, n. 1, p.271-301, Junho.

substituíam o conceito de “raça” em prol do conceito de “cultura”, Gilberto Freyre buscará negar as ideias que diziam que a “miscigenação” era degenerativa⁸. Em sua visão, a mistura racial proporcionou o aparecimento do mulato, que ao invés de ser desequilibrado, é um representante genuíno do Brasil (FREYRE, 2004). O mulato tornou-se o principal “elemento de ligação entre todos os brasis: o rural e o urbano, o europeu e o africano, o racional e o místico, o colonial e o republicano. Ele, a linha de continuidade. Ele, o detentor do potencial de plasticidade” (SILVA, 2009, p.310). A “miscigenação” deixava de ser vista como “negatividade” e passava a ser vista como “positividade”, o que permitiria completar os contornos de uma identidade que há muito tempo vinha sendo desenvolvida. Assim, a concepção de que a “miscigenação” era patológica começava a enfraquecer, pois é ela que caracterizaria o aspecto central da formação social brasileira. A “raça” passou a ser estudada de um ponto de vista “cultural” e encarada como “uma invenção estrangeira, ela mesma sinal de racismo, inexistente para o povo brasileiro” (GUIMARÃES, 1999, p.149). Entretanto, no Brasil essa visão “culturalista” também passou a negar ou abrandar as consequências violentas resultantes do processo de “miscigenação”, afirmando ser ela a formadora de uma civilização “estável” e “harmônica”.

O desafio deste momento era tentar conhecer o Brasil, fazendo da atividade intelectual um ofício voltado para a descoberta de novos significados e elementos que deveriam caracterizá-lo. Na literatura, por exemplo, a discussão entre o “universal” e o “regional” passou a ser adotada pelo governo Vargas, interessado na busca da “imagem do conjunto”, do todo nacional, da “brasilidade”⁹. O intelectual tinha o papel de traduzir

8 Parte dos estudos que negavam a existência de supostas patologias hereditárias resultantes da mistura racial ganharam maior visibilidade após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), quando o discurso racista, eugênico e antissemita começou a ser refutado por biólogos, antropólogos e sociólogos, muitos dos quais se reuniram no Brasil, em 1950, durante o projeto da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). Paulatinamente as concepções acerca da “raça” começaram a ser substituídas pelo conceito de “etnia”, passando-se a explicar a diversidade das sociedades humanas por meio de suas diferenças culturais e sociais. No Brasil atual, embora a ideia de “raça” já não possua sustentação biológica no meio científico, ela ainda continua a existir do ponto de vista sociológico, antropológico e político, tornando-se ainda um meio necessário para reafirmar identidades raciais, especialmente nas situações em que se busca ocultar a existência de comportamentos racistas e discriminatórios. A este respeito, ver: GUIMARÃES, Antonio Sérgio. 1999. Raça e os estudos das relações raciais no Brasil. *Novos Estudos CEBRAP*, n° 54, p.147-156, Julho.

9 A “brasilidade” pode ser caracterizada como uma construção social, política e simbólica que compreende o sentimento e o conjunto de características imaginariamente vinculadas ao Brasil. Na acepção de Velloso (1993, p.15), tal noção pode ser pensada como um “estado natural de espírito”, que diz respeito à intuição de um “sentimento nacional”, visceralmente brasileiro, diferenciando-se do “brasileirismo”, este associado a sistemas filosóficos, escolas e partidos. Porém, um dos problemas enfrentados na busca desta “brasilidade” reside no estabelecimento de uma falsa ideia de “unidade nacional”, levando-o muitas vezes a desprezar a existência de desigualdades e diferenças. De acordo com

a “alma nacional” e o governo de organizá-la. Ao mesmo tempo, o regionalismo tornou-se imprescindível para entender o nacional, surgindo, inclusive, uma metáfora muito conhecida, que dizia que o povo brasileiro era como um tatu: vive da terra e se alimenta de raízes (BERABA, 2008). Trata-se, portanto, de um modelo identitário fortemente modernista, cujas concepções de pátria e povo procuravam oferecer novas interpretações sobre a formação cultural do Brasil. Gilberto Freyre, em uma das passagens do seu livro mais conhecido, “Casa-Grande & Senzala”, faz uma afirmação que caracteriza bastante esta ideia de “integração harmônica” e de apologia ao processo de “miscigenação” como o substrato que viabilizaria a construção de uma identidade nacional, nos diz ele:

Todo brasileiro, mesmo o alvo, de cabelo louro, traz na alma, quando não na alma e no corpo - há muita gente de jenipapo ou mancha mongólica pelo Brasil - a sombra, ou pelo menos a pinta, do indígena ou do negro. No litoral, do Maranhão ao Rio Grande do Sul, e em Minas Gerais, principalmente do negro. A influência direta, ou vaga e remota, do africano. Na ternura, na mímica excessiva, no catolicismo em que se deliciam nossos sentidos, na música, no andar, na fala, no canto de ninar menino pequeno, em tudo que é expressão sincera de vida, trazemos quase todos a marca da influência negra. *Da escrava ou sinhamã que nos embalou. Que nos deu de mamar. Que nos deu de comer, ela própria amolegando na mão o bolão de comida.* Da negra velha que nos contou as primeiras histórias de bicho e de mal-assombrado. Da mulata que nos tirou o primeiro bicho- de- pé de uma coceira tão boa. Da que nos iniciou no amor físico e nos transmitiu, ao ranger da cama de vento, a primeira sensação completa de homem. Do moleque que foi o nosso primeiro companheiro de brinquedo (FREYRE, 2006, p.367).

Se junta a tais características outros fatores que contribuíram, na percepção de Gilberto Freyre, para essa “miscigenação”. Entre eles pode-se citar a “adaptabilidade” aos trópicos; o catolicismo mais aberto à formação de uma religiosidade sincrética; a maior “tolerância” dos portugueses para com o índio e o negro; a “sensualidade” e a “plasticidade” na troca de valores culturais. Forjava-se, assim, a construção de uma visão do Brasil embasada em constantes psico-culturais que deveriam guiar nosso desenvolvimento econômico, político e social. Por conseguinte, “é a cultura, e mais que isso, a preservação da identidade cultural que determina e possibilita o desenvolvimento nacional em seus diversos aspectos” (SOUZA, 2009, p.169).

Contudo, um dos principais paradoxos desta perspectiva está no fato de não discorrer suficientemente sobre as grandes assimetrias e desigualdades estruturais na

Eduardo Jardim de Moraes (1978), a busca pelo estudo da “brasilidade” por parte dos intelectuais, particularmente daqueles ligados ao Movimento Modernista, se acentuou em 1924, momento em que a luta contra o passadismo artístico e literário passou a dar lugar a uma preocupação por novas interpretações do Brasil. Para mais informações recomenda-se consultar: VELLOSO, Monica Pimenta. 1993. A brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 6, n.11, p.89-112. Ver também: MORAES, Eduardo Jardim de. 1978. *A brasilidade modernista: sua dimensão filosófica*. Rio de Janeiro: Edições graal.

troca de tais valores, atendo-se mais ao potencial de “plasticidade” e “adaptabilidade” das diferentes matrizes que compunham o Brasil nos primeiros séculos da colonização portuguesa. Embora fosse partidário da interdisciplinaridade entre as diversas áreas do conhecimento humano e negasse a degenerescência da mistura racial, ao tentar explicar a conformação cultural e social do Brasil através de características “plásticas” e “adaptáveis” aos trópicos, Gilberto Freyre parece dar importância demasiada aos aspectos geográficos, ainda que ofereça uma explicação complexa e altamente elaborada.

As bases do seu estudo se encontram inseridas na história do patriarcado rural, isto é, no interior das complexas relações entre a Casa-Grande e a Senzala, onde teriam se solidificado nossas primeiras relações sociais. O papel do senhor rural, nesse sentido, foi central na organização da vida colonial e na definição da fisionomia econômica e política. De acordo com Gilberto Freyre, em torno dos senhores de engenho criou-se o tipo de civilização mais estável na América hispânica; de forma que a história social da Casa-Grande é a história íntima de quase todo brasileiro (FREYRE, 2006). Para tanto, “a força concentrou-se na mão dos senhores rurais. Donos das terras. Donos dos homens. Dono das mulheres. Suas casas representam esse imenso poderio feudal. “Feias e fortes”. Paredes grossas. Alicerces profundos. Óleo de baleia” (FREYRE, 2006, p.38). Seu otimismo, portanto, estava diretamente ligado à sua apologia da “miscigenação”, definida como uma vantagem capaz de compensar o atraso nacional em termos de desenvolvimento tecnológico e econômico (SOUZA, 2009). Em outras palavras:

A miscigenação que largamente se praticou aqui corrigiu a distância social que de outro modo se teria conservado enorme entre a casa-grande e a mata tropical; entre a casa-grande e senzala. O que a monocultura latifundiária e escravocrata realizou no sentido de aristocratização, extremando a sociedade brasileira em senhores e escravos, com uma rala e insignificante lambujem de gente livre sanduichada entre os extremos antagônicos, foi em grande parte contrariado pelos efeitos sociais da miscigenação (FREYRE, 2006, p.33).

Nos termos acima, a “miscigenação” teria contribuído no sentido da “democratização social” no Brasil (FREYRE, 2006). Porém, tal democratização também implicaria, de alguma maneira, em um processo de “harmonia racial”, alicerçado e construído pelo amálgama da nossa formação híbrida. Logo, a “miscigenação” passou a ser utilizada como um discurso que abrandava e negava a existência de racismo no Brasil. Esse discurso acabou naturalizando as desigualdades entre brancos, negros e índios, pois, para além das diferenças, seríamos antes uma mistura alicerçada através de pares “opostos em equilíbrio”. Acabava-se, sob esse ângulo, a se criar entre nós um “racismo à brasileira”, não considerando o sistema hierárquico implantado no Brasil (ATHIAS, 2007). Delineava-se aos poucos a construção de um ideário formado pelo “mito das três

raças”, ou seja, o encontro e a convivência harmoniosa entre o português, o indígena e o africano¹⁰. Estabelecia-se também uma inversão das relações de poder, ambientadas num tempo “épico” e “transistórico” em que o dominado dominava culturalmente aquele que pressupunha ser o dominador (BASTOS, 2006).

Mesmo tendo Gilberto Freyre produzido uma obra vasta e multifacetada, suas principais análises são acusadas de produzirem uma imagem do Brasil composta de “senhores bons” e “escravos submissos”, conhecida por “democracia racial”. Em princípio, esta ideia já existia de forma diluída na tradição do pensamento conservador brasileiro, mas recebeu do autor novos aprofundamentos e reorientações. Não obstante, na visão de seus críticos a interpretação freyriana incorre em certos equívocos, pois o que realmente preponderou nas relações entre senhores e escravos não foi o fenômeno da “confraternização” e do “sadomasoquismo”, mas a existência, sobretudo, da exploração e da exclusão como dados estruturantes para o desenvolvimento e a sobrevivência da sociedade escravocrata¹¹.

É possível observar que os principais interesses de Gilberto Freyre estavam voltados para a compreensão do Brasil através de um paulatino e constante processo de “amalgamento”, “confraternização” e “interpenetração”, que levaria, no futuro, ao desenvolvimento de um país cada vez mais “democrático” e “harmônico”. Seus esforços, portanto, se concentraram na apresentação de um quadro de referências em que as contradições das partes se encaixam equilibradamente no todo, não existindo a preocupação central de problematizar as desigualdades estruturais mais profundas que caracterizam a formação social brasileira. Na acepção de Darcy Ribeiro, por exemplo, “subjacente à uniformidade cultural brasileira, esconde-se uma profunda distância social, gerada pelo tipo de estratificação que o próprio processo de formação nacional produziu”¹² (RIBEIRO, 2006, p.20).

10 Na verdade, a ideia de oferecer uma interpretação do Brasil baseada no encontro das “três raças” é bem anterior ao pensamento de Gilberto Freyre. Talvez a primeira tentativa nesse sentido tenha sido elaborada na segunda metade do século XIX por Karl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868), que escreveu o texto “Como se deve escrever a história do Brasil” (SOARES, 2011a). Para maiores informações, ver: SOARES, Eliane Veras. 2011a. Literatura e estruturas de sentimento: fluxos entre Brasil e África. *Soc. Estado*, Brasília, v. 26, n.2, p. 95-112, Mai/Ago.

11 “Confraternização” e “sadomasoquismo” são terminologias recorrentes na argumentação de Gilberto Freyre. Através delas ele procurou pensar a formação do Brasil por meio de um entrelaçamento entre violência e afeto, entre o sadismo do senhor branco e o masoquismo da mulher negra e índia. Estas ideias ainda se mostram bastante problemáticas, já que intui certa condescendência, docilidade e imobilismo do elemento escravizado, que na maior parte das vezes simplesmente “aceitaria”, sem grandes dificuldades, a sua condição de subalternidade e de extrema desumanização.

12 Embora negasse que no país existisse uma “democracia racial”, Darcy Ribeiro se aproximava de

Apesar de comportar uma visão positiva sobre o desenvolvimento da cultura nacional e na negação das supostas patologias de cunho biológico resultantes da mistura racial, o pensamento freyriano contribui, por outro lado, com a ideia da “ausência” e “abrandamento”, se comparado com outros países, de racismo e discriminação no Brasil. Existe um otimismo em exaltar as qualidades do povo brasileiro, mas de alguma forma legitima-se a colonização como formadora de uma identidade. A maior parte deste discurso foi operacionalizado na década de 1950, momento em que o autor visitou as colônias portuguesas na África e tentou embasar a doutrina do “lusotropicalismo”, que acentuava a tendência de generalizar o sucesso da “mestiçagem” brasileira a todos os espaços colonizados por Portugal¹³. Os fatores culturais portugueses, caracterizados particularmente por sua “plasticidade”, seriam responsáveis por produzir padrões de sociabilidade que supostamente os tornava mais predispostos à convivência harmoniosa com outros povos, no interior de uma grande civilização tropical e mestiça. Todavia, muito embora o “lusotropicalismo” tenha se tornado a ideologia oficial do Estado Novo Português, sua cientificidade começou a ser questionada por historiadores, antropólogos e ativistas sociais dos movimentos de libertação africana, que passaram a denunciar o viés ideológico dos seus postulados (CASTELO, 1999).

4. A desconstrução da “Democracia Racial” brasileira

O pensamento social brasileiro, especialmente a partir de década de 1930, adotou a imagem do “Brasil mestiço” como representação de nossos valores, identidade e diversidade. Exaltava-se a ideia de sermos um país cuja complexidade e beleza estavam na mistura de diferentes matrizes étnicas (CHAUI, 2000). Todavia, essa noção começou a ser contestada por cientistas sociais que tomavam como foco de análise as desigualdades e ambiguidades provocadas pelo uso ideológico da “miscigenação”. Ela passou a servir

Gilberto Freyre no que diz respeito ao aspecto da formação étnica brasileira, considerando-a basicamente mestiça. Assim sendo, “a democracia racial é possível, mas só é praticável conjuntamente com a democracia social” (RIBEIRO, 2006, p.208). Para maiores informações recomenda-se consultar: RIBEIRO, Darcy. 2006. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.

13 De acordo com Cláudia Castelo (1999), já possível encontrar os primeiros elementos da doutrina “lusotropical” no livro “Casa-Grande e Senzala”, publicado por Gilberto Freyre em 1933, mas será somente em 1953, com a publicação do livro “Um brasileiro em terras portuguesas”, que Gilberto Freyre citou e buscou desenvolver pela primeira vez esta ideia. Para maiores esclarecimentos, ver: CASTELO, Cláudia. 1999. *O Modo Português de Estar no Mundo: O Luso-Tropicalismo e a Ideologia Colonial Portuguesa (1933-1961)*. Porto, Edições Afrontamento.

mais como um verniz que ocultava o racismo do que como uma concepção que agisse no sentido de integrar democraticamente o país, rompendo, por assim dizer, com o discurso naturalizado. Esse uso inadequado, tomado por “essência” e pouco vinculado com as condições históricas, é comumente identificado como “democracia racial”. Nas palavras de Antonio Sérgio Alfredo Guimarães:

Qualquer estudo sobre o racismo no Brasil deve começar por notar que o racismo no Brasil é um tabu. De fato, os brasileiros se imaginam numa democracia racial. Essa é uma fonte de orgulho nacional, e serve, no nosso confronto e comparação com outras nações, como prova incontestada de nosso *status* de povo civilizado (GUIMARÃES, 2005, p.39).

A permanência das percepções que condiziam com a ausência de racismo no Brasil deixava os negros em um dilema: ao mesmo tempo em que sofriam com as manifestações racistas, era difundida a noção, no meio intelectual e político, que não havia discriminação racial no Brasil. Nesse contexto, teve-se a ampliação, ainda na década de 1930, dos movimentos negros, que lutavam a favor da igualdade racial e da busca pelos mesmos direitos que os brancos. Além dos trabalhos realizados por Gilberto Freyre, observou-se uma presença maciça de outros estudiosos, alguns deles estrangeiros, que nutriam curiosidade pelo tema, como é o caso de Donald Pierson (1900-1995). Muitos afirmavam que no Brasil não existia preconceito de “raça” e sim de “classe”. Pierson, estudioso da Escola de Chicago, talvez seja o principal representante dessa corrente. Ele veio dos Estados Unidos para analisar nossa problemática racial. Defendeu a ideia de que com a passagem do regime escravista para a sociedade de classes “a identificação social baseada em raça não passara a definir as oportunidades de vida das pessoas, quer em termos econômicos, quer em termos de honra social, quer em termos de poder” (GUIMARÃES, 1999, p.150).

Uma das principais consequências do estudo de Pierson foi apontar a percepção de que no Brasil as “raças” não existiriam e de que o que importava em termos de oportunidades de vida era a classe social. O problema desta definição, contudo, é que a postura anti-racialista de negação da existência de “raças” “fundiu-se rapidamente com uma política de negação do racismo como fenômeno social. Entre nós existiria apenas “preconceito”, ou seja, percepções individuais equivocadas, que tenderiam a ser corrigidas na continuidade das relações sociais” (GUIMARÃES, 1999, p.149). Conforme diz Guimarães (1999, p.150-151), Pierson acreditava que o Brasil seria uma “sociedade multirracial de classes”, não havendo barreiras ao convívio e à mobilidade social entre brasileiros de diversas origens étnico-raciais que pudessem ser atribuídos à “raça”, tornando mais compreensíveis os problemas decorrentes da ordem econômica e cultural.

Este autor também utilizou a categoria nativa de “cor” como substituta do termo “raça”, o que supostamente evidenciaria a ausência de grupos sociais que pudessem ser descritos com precisão em termos raciais e que fizessem uso, na vida social e política, de identidades raciais.

Anos depois, Florestan Fernandes (1920-1995), sociólogo paulista e um dos fundadores da Sociologia Crítica no Brasil, desenvolveu, principalmente a partir da década de 1950 e 1960, fortes argumentos contrários às ideias de Donald Pierson como também aos estudos realizados por Gilberto Freyre referentes ao processo de “miscigenação”¹⁴. Suas análises se direcionavam no sentido de demonstrar que a passagem da ordem escravocrata para a sociedade de classes conservara, de certo modo, o sentido hierárquico e a ordem racial da sociedade escravocrata, assim como o fato de que “os negros foram integrados de um modo subordinado e tardio à sociedade de classes, sendo o “preconceito de cor” a expressão da resistência das classes dominantes brasileiras a se adequar à nova ordem competitiva” (GUIMARÃES, 1999, p. 152). Assim sendo, a população negra deveria se reconhecer como “raça” e como “classe”, ou seja, o negro precisaria se afirmar enquanto tal, criar consciência de sua condição marginal para, a partir daí, imergir como sujeito na sociedade de classes. Consideremos o trecho abaixo:

O dilema racial brasileiro é um fenômeno estrutural e dinâmico que se concretiza em diversos níveis das relações raciais. Ele consiste na desqualificação do negro (preconceito) em razão de sua condição social (desigualdade) e, ao mesmo tempo, na sua impossibilidade de superá-la por deparar-se com barreiras diversas (discriminação) que levam à reprodução do ciclo de desigualdades raciais. Em outras palavras, o dilema racial se exprime dramaticamente na necessidade do negro em afirmar-se coletivamente como raça para poder participar igualitariamente da ordem social competitiva (SOARES, 2011b, p.35).

Em “A integração do negro na sociedade de classes” (2008), obra escrita mediante uma análise profunda da situação do negro, Florestan Fernandes nos mostra como a estrutura econômica e política da década de 1960 aos poucos se integrava a “ordem social competitiva” e que determinados grupos da sociedade não estavam acompanhando o ritmo das mudanças. Esta ordem, propriamente burguesa e aquisitiva, baseia-se numa ética racional de competição e luta por posições no mercado e na produção, de onde

14 É necessário afirmar que para além dos estudos raciais a atuação de Florestan Fernandes “transcende a esfera do indivíduo que se destaca e o projeta em um trabalho coletivo que visa a construção de um padrão científico para o desenvolvimento das ciências sociais no Brasil” (SOARES, 1997, p.50). Se junta a tais fatores a importância da militância política na sua trajetória intelectual, o que veio a contribuir na construção de um pensamento engajado e comprometido na compreensão dos grandes dilemas brasileiros. Para maiores informações, consultar: SOARES, Eliane Veras. 1997. *Florestan Fernandes: o militante solitário*. São Paulo: Cortez.

também se desenvolvem novas estratificações de classe entre brancos e negros. Fernandes argumenta que os negros ficaram à margem do desenvolvimento e por isso não se integravam na nova onda de “progresso” (FERNANDES, 2008). Para tanto, além de ser necessário desconstruir o preconceito e a discriminação, seria importante apontar o caminho dos movimentos sociais e da militância como uma forma de integrar o negro à sociedade.

Nas palavras de Octavio Ianni, “o impacto desses estudos foi assimilado de modo traumático porque havia na ideologia brasileira e na academia, como ambiente cultural, um certo compromisso com a tese da democracia racial” (IANNI, 2004, p.10). Devemos também observar que o falso imaginário de uma sociedade racialmente democrática não está apenas engastado no pensamento social e político brasileiro, mas sobrevive ao lado de outros emblemas que constituem a base da ideologia dominante no Brasil. As implicações decorrentes dessa ideologia obedecem aos interesses das elites dominantes antes mesmo de obedecerem aos fatores de ordem política e social, sob os quais tanto ela quanto a sociedade como um todo atuam (IANNI, 2004). Trata-se de entender a integração dos ex-escravos como proletários na nova sociedade de classes que emerge no Brasil juntamente com o processo de industrialização. O escravo deveria ser metamorfoseado em negro, assim como a dominação civil e estatal deveria ceder lugar à democracia (GUIMARÃES, 1999). Por conseguinte, se o preconceito racial ainda existe na sociedade brasileira contemporânea, isso se deve ao fato de que ele ainda faz parte de uma ordem burguesa incompleta, cujas marcas mais visíveis estão, por exemplo, na diferença de tratamento e oportunidades oferecidas a brancos e negros.

No livro “O negro no mundo dos brancos”, Florestan Fernandes (2007) desconstrói o mito da “democracia racial”, afirmando que o Brasil cria condições específicas para que tal “democracia” seja usada como forma de mascarar e naturalizar nossas desigualdades. Sua principal assertiva é de que “o brasileiro tem preconceito de ter preconceito”, ou seja, as pessoas interrogadas afirmam receosas que não tem preconceito, muito embora o contrário seja verdade. Dessa forma, no Brasil o ideário real de uma convivência harmoniosa entre os diferentes estoques raciais ainda não conseguiu se ritualizar, pois “as condições materiais para a sua existência são puramente simbólicas. Ele é linguagem e não celebração” (ORTIZ, 2006, p.39).

Mas por que os brasileiros têm medo de afirmar seu preconceito? De acordo com Fernandes isso se deve, em grande medida, ao *ethos* católico, que busca ensinar aos seus fiéis a prática da humildade, do confinamento, mesmo em situações difíceis. Com isso,

seria desconfortável para pessoas que vivem em uma sociedade de tradição católica, como é o caso do Brasil, afirmar seu preconceito abertamente, pois isto causaria o horror de outras pessoas, mesmo que, paradoxalmente, estas também possuam comportamentos e práticas preconceituosas (FERNANDES, 2007). O preconceito racial e de cor, é, portanto, “condenado sem reservas, como se constituísse um mal em si mesmo, mais degradante para quem o pratique do que para quem seja sua vítima” (FERNANDES, 2007, p.41). Percebe-se que, diferente do que afirma o mito da “democracia racial”, a miscigenação “contribuiu para aumentar a massa da população escrava e para diferenciar os estratos dependentes intermediários que para fomentar a igualdade racial” (FERNANDES, 2007, p.44). Nessa relação contraditória, o negro convive em uma sociedade construída historicamente pelo branco e para o branco, surgindo daí a conhecida expressão “negro de alma branca”, ou seja, o negro socializado pelos valores brancos.

A perspectiva defendida por Florestan Fernandes nos mostra que mesmo com o fim da escravidão a ordem social que a pressupunha foi transferida para a sociedade atual, imersa na sua “ordem social competitiva” e com as desigualdades geradas pelo seu funcionamento. Portanto, “não poderá haver integração nacional, em bases de um regime democrático, se os diferentes estoques raciais não contarem com oportunidades equivalentes de participação das estruturas nacionais de poder” (FERNANDES, 2007, p.51). Negar a existência do racismo e das desigualdades sociais por ele geradas foi por si só uma atitude racista, que suscitou e ainda suscita o incômodo para a população negra.

Outras pesquisas, porém, realizadas no final dos anos 1970, mostraram que o problema do negro no Brasil não seria, em grande medida, resolvido apenas com sua integração na sociedade de classes. Segundo Guimarães (1999, p.154-155), estudiosos como Nelson do Valle e Silva e Carlos Hasenbalg¹⁵, por exemplo, recuperaram os trabalhos de alguns autores que se dedicaram ao exame das relações entre classe e grupos de cor nos anos 1950, entre eles Florestan Fernandes, Roger Bastide, Thales de Azevedo e Luiz de Aguiar Costa Pinto. Para ambos, as desigualdades entre brancos e negros apresentavam um componente racial inequívoco que não poderia ser reduzido às diferenças de educação, renda, classe, e nem muito menos diluído num gradiente de cor.

15 Para este autor, em um mesmo estrato social o negro se depara com maiores dificuldades de ascender socialmente e de disputar as mesmas oportunidades de emprego que o branco. Isso quer dizer que mesmo o negro rico, quando comparado com o branco bem sucedido da mesma classe social, encontra entraves e tratamentos diferenciados (HASENBALG, 1979). A este respeito, consultar: HASENBALG, Carlos. 1979. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal.

Se tomadas em conjunto não se notava um gradiente de oportunidades correspondente ao gradiente de cor, existindo um sistema muito mais polarizado do que deixava transparecer. Tais estudos se “proliferaram, lançando novas luzes sobre a situação dos negros brasileiros em termos de renda, emprego, residência, educação, e são hoje complementados por estudos sobre as desigualdades de tratamento, isto é, as discriminações raciais” (GUIMARÃES, 1999, p.154).

Na sociedade atual, persiste a exclusão racial e social, o que intensifica, mais uma vez, a negação narrativa e concreta do Brasil “ordeiro e harmônico” (CHAUI, 2000). Seguindo as reflexões elaboradas até aqui, é possível buscar revelar e apontar caminhos para os novos desafios e dilemas. Envolve-se a tais questões a nossa estrutura econômica e política, localizada internacionalmente em um contexto de “capitalismo dependente”, entendido como uma ordem autocrática burguesa, comum entre os países periféricos. Esses países, recém-saídos do estatuto colonial, compartilham uma relação de dependência e submissão ao “capitalismo mundial”, alavancado, mais precisamente, pelos Estados Unidos e a Europa (FERNANDES, 2006). No Brasil, muito mais do que o “patrimonialismo”¹⁶, foi o estabelecimento da escravidão, como fenômeno estrutural e estruturante, a principal instituição social, econômica, política e cultural que nos formou e que em larga medida explica a manutenção das nossas atuais desigualdades raciais e o prolongamento do nosso subdesenvolvimento histórico (SOUZA, J., 2015).

Por fim, é operando na legitimação desta realidade excludente que os interesses políticos e econômicos de determinadas frações da sociedade brasileira agem no sentido de fortificar os laços da “cultura senhorial”, cuja matriz é calcada no privilégio e nas relações hierárquicas de mando e obediência (CHAUI, 2000). Conjuntamente com a

16 Foi um conceito desenvolvido pelo sociólogo alemão Max Weber (1864-1920) para se referir a formas tradicionais de dominação pré-burocrática que contrastavam com o Estado racional-legal. Este fenômeno é visto como o alargamento ou extensão da estrutura patriarcal de dominação, isto é, uma forma estrutural e prototípica de autoridade baseada na tradição, resultando na sobreposição do privado em relação ao público (WEBER, 1991). No Brasil, tal discussão perpassou as obras de nossos principais intérpretes, muitos dos quais atribuíam ao patrimonialismo a causa original do nosso subdesenvolvimento histórico, gestado desde o início da colonização portuguesa. Para Jessé Souza (2015), esta tese já pode ser encontrada de forma esparsa no pensamento de Gilberto Freyre, vindo a receber dos sociólogos Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), no livro “Raízes do Brasil” (1936) e Raymundo Faoro (1925-2003), no livro “Os donos do poder” (1958), um tratamento conceitual mais elaborado e sistemático. Entre nós, contudo, o principal paradoxo desta interpretação estaria em observar, consciente ou inconscientemente, a corrupção apenas no Estado, ignorando-a ou ocultando-a no âmbito do Mercado. Como consequência, o bem público é demonizado e torna-se refém dos interesses privados, corroborando com a manutenção dos privilégios da “elite do dinheiro”. Para mais informações recomenda-se consultar: WEBER, Max. 1991. *Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva*. Brasília, DF; Editora da Universidade de Brasília. Ver também: SOUZA, Jessé. 2015. *A Tolice da Inteligência Brasileira: como o País se deixa manipular pela elite*. São Paulo: Casa da palavra.

problemática racial, a divisão social das classes é naturalizada por um conjunto de práticas que ocultam a “determinação histórica ou material da exploração, da discriminação e da dominação, e que, imaginariamente, estruturam a sociedade sob o signo da nação una e indivisa, sobreposta como um manto protetor que recobre as divisões reais que a constituem” (CHAUI, 2000, p.88). Além da negação ou abrandamento de práticas racistas e discriminatórias, muitas delas erigidas pela ideia da “miscigenação” racial e cultural, a sociedade brasileira não historiciza o seu próprio autoritarismo, camuflando seus principais dilemas e contradições.

5. Conclusão

Os conteúdos discutidos ao longo deste artigo buscaram problematizar, sinteticamente, os desafios, limites e possibilidades acerca dos conceitos de “raça” e “miscigenação”, observando suas implicações sociológicas na análise das nossas relações raciais, entre as quais se encontra a controversa noção de “democracia racial”. Procurou-se, para tanto, entender determinados aspectos históricos e a dinâmica social do racismo no Brasil, desde o impacto das teorias raciais do século XIX até a adoção de um ideário “culturalista” que passava a negar a existência biológica das “raças”, mas (re)afirmava, por outro lado, a concepção de que seríamos uma mistura harmoniosa de diferentes povos e culturas. Gilberto Freyre foi identificado como o principal representante deste viés “culturalista”, através do qual nossos dilemas raciais estariam inseridos no interior de um processo de amalgamento e confraternização, constituindo-se, portanto, num sistema de “oposições em equilíbrio”.

A desconstrução do “mito da democracia racial” só surgiu tardiamente no ambiente acadêmico, transformando-se numa questão não resolvida e que suscita novos debates e discussões. Nos últimos anos, conforme diz Guimarães (1999, p.153-156), tornou-se necessário teorizar as “raças” como o que elas são, isto é, construções sociais e formas de identidade baseadas numa concepção biológica errônea, porém socialmente eficiente. Se as “raças” não são um fato do mundo físico, são, entretanto, plenamente existentes no mundo social, como maneiras de classificar e de identificar as ações que orientam os seres humanos. A inexistência biológica das raças passou a servir como um discurso ideológico de negação do racismo, o que acabou contrariando os valores e interesses do povo negro brasileiro, que ressuscitou o conceito de “raça” como uma forma de resistência e de denúncia ao racismo estruturante.

Com isso, o atrito “entre um ideário anti-racista, que corretamente negava a

existência biológica das raças, e uma ideologia nacional, que negava a existência do racismo e da discriminação racial, acabou por se tornar insuportável para todos e insustentável pelos fatos” (GUIMARÃES, 1999, p.153). Ainda hoje convivemos com uma equivocada concepção de harmonia racial e de integração pacífica e ordeira entre as diferentes classes sociais. Naturalizada pela vaga ideia de uma “identidade nacional” una e indivisa, que oculta os interesses e as relações de poder dos setores dominantes e privilegiados, a problemática racial brasileira segue lidando com novos dilemas e situações. Conclui-se, portanto, com a premissa de que as noções de “raça” e “miscigenação” devem ser estudadas com cuidado e rigor, evitando, por assim dizer, que suas implicações possam vir a contribuir na formação de outras desigualdades.

6. Referências bibliográficas

- ATHIAS, Renato. 2007. *A noção de identidade étnica na antropologia brasileira: de Roquette Pinto à Roberto Cardoso de Oliveira*. Recife: Editora universitária da UFPE.
- BASTOS, Elide Rugai. 2006. *As criaturas de Prometeu: Gilberto Freyre e a formação da sociedade brasileira*. São Paulo: Global.
- BERABA, Ana Luiza. 2008. *América Aracnídea: teias culturais interamericanas*. Rio de Janeiro: civilização brasileira.
- CANDIDO, Antonio. 2006. A sociologia no Brasil. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, v. 18, n. 1, p.271-301, Junho.
- CASTELO, Cláudia. 1999. *O Modo Português de Estar no Mundo: O Luso-Tropicalismo e a Ideologia Colonial Portuguesa (1933-1961)*. Porto, Edições Afrontamento.
- CHAUÍ, Marilena. 2000. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. (História do povo brasileiro).
- FERNANDES, Florestan. 2006. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Globo.
- _____. 2007. *O negro no mundo dos brancos*. 2.ed. São Paulo: Editora Global.
- _____. 2008. *A integração do negro na sociedade de classes*. 5. ed. São Paulo: Globo.
- FREYRE, Gilberto. 2006. *Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51. ed. São Paulo: Editora Global.
- _____. 2004. *Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 15.ed. São Paulo: Editora Global.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio. 1999. Raça e os estudos das relações raciais no Brasil. *Novos Estudos CEBRAP*, nº 54, p.147-156, Julho.

- _____. 2005. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Ed.34
- HASENBALG, Carlos. 1979. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal.
- IANNI, Octavio. 2004. O preconceito racial no Brasil. *Estudos avançados*, São Paulo, vol.18, n.50, p.6-20, Jan./Abr.
- MORAES, Eduardo Jardim de. 1978. *A brasilidade modernista: sua dimensão filosófica*. Rio de Janeiro: Edições graal.
- OLIVEN, Ruben George. 2011. Identidade Nacional: construindo a brasilidade. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lília (orgs). *Agenda brasileira: temas de uma sociedade em mudança*. São Paulo: Cia das Letras.
- ORTIZ, Renato. 2006. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense.
- PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. 2005. *Gilberto Freyre: um vitoriano dos trópicos*. São Paulo: Editora da Unesp.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. 1989. Identidade Nacional, Identidade Cultural no Brasil. In: *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, v.1, n.1, p.29-46, Jan./Jun.
- RIBEIRO, Darcy. 2006. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SEVCENKO, Nicolau. 2003. *Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras.
- SEYFERTH, Giralda. 2002. O beneplácito da desigualdade: breve digressão sobre o racismo. In: *Racismo no Brasil*. São Paulo: Petrópolis, Abong.
- SCHWARCZ, Lília Moritz. 1993. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870 – 1930*. São Paulo: Companhia das Letras. (Uma história de diferenças e desigualdades).
- SOARES, Eliane Veras. 2011a. Literatura e estruturas de sentimento: fluxos entre Brasil e África. *Soc. Estado*, Brasília, v. 26, n.2, p. 95-112, Mai/Ago.
- _____. 2011b. Florestan Fernandes e os dilemas intelectuais contemporâneos. In: *SINAIS – Revista Eletrônica – Ciências Sociais*. Vitória, CCHN, UFES, Edição, v.1, n.09, p.32-42, junho.
- _____. 1997. *Florestan Fernandes: o militante solitário*. São Paulo: Cortez.
- SOUZA, Ricardo Luiz. 2009. *Identidade nacional e modernidade brasileira: O diálogo entre Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Câmara Cascudo e Gilberto Freyre*. Belo Horizonte: Autêntica.
- SILVA, Valéria Torres da Costa e. 2009. *A modernidade nos trópicos: Gilberto Freyre e*

os debates em torno do nacional. Recife: Carpe Diem.

VELOSO, Mariza; MADEIRA, Angélica. 1999. *Leituras Brasileiras: Itinerários no Pensamento Social e na Literatura*. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra.

VELLOSO, Monica Pimenta. 1993. A brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 6, n.11, p.89-112.

WEBER, Max. 1991. *Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva*. Brasília, DF; Editora da Universidade de Brasília.